

Custas judiciais e mais recursos são as prioridades

Os partidos concordam na necessidade de investimento na Justiça e na redução das custas, mas os agentes do sector querem medidas mais concretas que a área de governação seja uma prioridade.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rferreira@jornaleconomico.pt

Olhando para os programas eleitorais que os partidos com representação parlamentar apresentam para as próximas eleições, não será esta a legislatura a que assistiremos a uma reforma do sector da justiça, porque as propostas feitas, no geral, oferecem alterações pontuais, sem alterações significativas ao sistema. Por serem específicas, as soluções expostas não são comuns a todos os programas, mas há duas ideias que recolhem aceitação, seja com medidas concretas ou com ideias a desenvolver: a redução dos custos de acesso à Justiça e o reforço dos recursos desta área de governação, especialmente no que respeita à investigação e aos crimes económico-financeiros, o que merece a concordância dos agentes do sector, mesmo que fique a crítica de as prioridades da justiça continuarem sem ser uma prioridade.

“As prioridades para a justiça passam antes de tudo pela redução das custas judiciais”, afirma ao Jornal Económico (JE), o bastonário da Ordem dos Advogados (OA), Luís Menezes Leitão, justificando que, “neste momento, os tribunais só estão acessíveis aos muito ricos, que podem pagar estas elevadas custas, e aos muito pobres, que beneficiam do apoio judiciário, o que implica que a grande maioria da população não tenha acesso à Justiça”. “As custas judiciais são altíssimas e constituem um real obstáculo no acesso aos tribunais”, afirma, por sua vez, o advogado, Paulo Pimenta, presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem.

No entanto, da análise que Menezes Leitão faz aos programas, principalmente dos dois maiores partidos – PS e PSD –, no que respeita às custas judiciais, não se mostra convencido do que mudará e como. “Esperamos que o próximo Parlamento concretize de facto esta essencial prioridade para a nossa Justiça”, diz.

Nos programas eleitorais, o foco dos partidos é apontado mais para a necessidade de reforço de meios, que também é exigido pelos agentes do sector. “A Justiça não precisa de grandes reformas ao nível estrutural e legislativo, mas sim de estar dotada dos meios necessários para suprir as ineficiências e os es-

trugamentos que existem sobretudo nalgumas áreas específicas”, defende Adão Carvalho, presidente do Sindicato Magistrados do Ministério Público, ao JE. “Se queremos uma justiça de qualidade e eficaz temos que efetuar um forte investimento em meios humanos e materiais”, insiste.

Também João Massano, presidente do Conselho Regional de Lisboa da OA, assinala que os programas eleitorais dão ênfase ao combate à corrupção, mas nota que não existem os recursos para responder a esta necessidade. “Com que meios, humanos e financeiros [se fará o combate à corrupção]?”, questiona. Adão Carvalho acrescenta que é notória a falta de investimento no quadro de magistrados do Ministério Público, até para “equilibrar o número de saídas por reforma ou jubilação”, mas especialmente para que se possa “afetar aos processos mais complexos”. “Faltam propostas concretas em relação aos meios humanos e tecnológicos alocados aos tribunais, que continuam escassos, sendo uma das causas da tão falada morosidade da justiça”, diz Massano, mesmo se considera positivas manifestações de intenção como a do PSD de “criação de um plano de contingência para recuperação de atrasos processuais”, do Livre de “reforço de mais juízes, funcionários judiciais e funcionários nas secretarias dos tribunais”, bem como da CDU de aumentar o “investimento na Justiça, em recursos humanos, infraestruturas, equipamentos e outros meios” e do

PS de “um programa plurianual de investimentos na área da justiça”.

Paulo Pimenta refere, por seu turno, que muito ficou por abordar nos programas, como “os atrasos dos tribunais administrativos e fiscais”, que considera “inaceitáveis” e que “equivalentem a uma denegação de justiça”, ou a necessidade de revisão do mapa judiciário, “no sentido de resolver distorções que significam um afastamento dos tribunais das populações”.

Prioridades de um sector não prioritário

Do lado da advocacia, outro tema que é considerado prioritário é a atualização da tabela de honorários de quem participa no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais. “O bom funcionamento do apoio judiciário implica que seja paga uma remuneração digna aos profissionais que nele trabalham”, argumenta Menezes Leitão, secundado pelos presidentes dos dois maiores conselhos regionais da ordem. “A não valorização do advogado, que tem por missão a defesa dos direitos dos cidadãos mais carenciados, é demonstrativa da pouca relevância que é atribuída a estes direitos”, diz Massano.

No entanto, falando com os agentes do sector, percebe-se que a crítica é mais profunda e não se cinge às opções para uma legislatura, embora estas traduzam uma tendência que consideram já ser longa. Apesar de medidas ou intenções positivas, João Massano que é pouco o que é apresentado. “A conclusão geral é, infelizmente, a mesma: a Justiça mantém-se como o parente pobre dos programas eleitorais”, afirma.

“Um dos males do nosso país é que o sector da Justiça não é uma das prioridades da governação há vários anos. Muitos dos problemas que hoje se vivem na área da Justiça são uma decorrência do desinteresse de sucessivos Governos”, considera Paulo Pimenta, em sintonia com outros agentes do sector, apontando como exemplo a falta de peso político de quem tem sido titular da pasta, em sucessivos governos, nas últimas duas décadas.

“As questões da Justiça ficam sempre para trás, pouco havendo a esperar senão uma gestão quotidiana e economicista”, diz Pimenta. ■

“Neste momento, os tribunais só estão acessíveis aos muito ricos, que podem pagar estas elevadas custas, e aos muito pobres, que beneficiam do apoio judiciário”, diz Luís Menezes Leitão

LEGISLATIVAS 2022

JUSTIÇA

Estas são as principais propostas e referências dos partidos com assento parlamentar para a área da justiça, constantes dos programas/compromissos para as eleições legislativas de 30 janeiro de 2022.

<p>PS António Costa Secretário-geral</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumentar os modelos alternativos ao cumprimento de pena de prisão. ■ Reforço do quadro de inspetores da PJ. ■ Pôr em funcionamento o Mecanismo Nacional Anticorrupção. ■ O registo obrigatório de intervenções externas no processo legislativo.
<p>PSD Rui Rio Presidente</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Criação de um plano de contingência para recuperação de atrasos processuais. ■ Reforço de “meios e recursos” do Min. Público e os órgãos de polícia criminal. ■ Reconstituição dos conselhos superiores das magistraturas e reformar o sistema de avaliação destes profissionais.
<p>BE Catarina Martins Coordenadora</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Elaborar uma Lei de Bases da Justiça que consagre um Serviço Nacional de Justiça. ■ Revisão da tabela do SADT. ■ Um Julgado de Paz em cada município.
<p>CDU [PCP-PEV] Jerónimo de Sousa Secretário-geral do PCP</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Revisão em baixa do regime legal das custas judiciais e alargando os critérios de isenção. ■ Valorização das carreiras dos profissionais da Justiça. ■ Dotar a PJ de mais inspetores, especialistas e melhores condições laborais, e também.
<p>CDS Francisco Rodrigues dos Santos Presidente</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Tipificar o crime de enriquecimento ilícito para titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos. ■ Reforçar consequências por litigância de má-fé.
<p>PAN Inês Sousa Real Porta-voz</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Rever o Estatuto do Denunciante. ■ Reforçar os meios humanos e tecnológicos para o combate à corrupção, fraude e criminalidade económico-financeira. ■ Rever o SADT. ■ Alargamento da rede de Julgados de Paz
<p>Chega André Ventura Presidente</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reintrodução da prisão perpétua para crimes como homicídios ou terrorismo. ■ Revogação do efeito suspensivo de recursos para o Tribunal Constitucional ■ Aplicação da prisão preventiva a suspeitos de crimes de colarinho branco e criminalidade económico-financeira.
<p>IL João Cotrim de Figueiredo Presidente</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Criação de um Conselho Superior das Magistraturas, que funda os conselhos superiores da Magistratura e dos Tribunais Administrativos e Fiscais. ■ Criar o Provedor da Criança. ■ Garantir que todas as decisões tomadas pelos tribunais são publicadas online.
<p>Livre Rui Tavares Candidato por Lisboa</p>  	<ul style="list-style-type: none"> ■ Baixar os custos da justiça. ■ Rever a tabela do SADT. ■ Reformar o sistema prisional. ■ Criar tribunais especializados em corrupção e criminalidade económico-financeira. ■ Reforçar o número de juízes, funcionários judiciais e funcionários.



Diretor Filipe Alves | Subdiretores André Cabrita-Mendes, Lúcia Simões, Nuno Vinha e Ricardo Santos Ferreira
Diretor de Arte Mário Malhão | Preço €3,20 (continente) | Semanário, sai às sextas-feiras



“Vamos ter de conhecer os riscos climáticos dos nossos clientes”

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vai permitir que as empresas façam os investimentos necessários para serem mais sustentáveis, afirma João Nuno Palma, vice-presidente do BCP, acrescentando que no futuro a banca vai ter dificuldade em financiar as empresas menos sustentáveis. PRR é oportunidade de ouro para Portugal, diz. ■ Especial PRR e Fundos Europeus

Cristina Bernardo

SEGUROS
GamaLife assume que está às compras de seguradoras em Portugal para ganhar escala e novos canais



Matteo Castelvetti
Presidente Executivo da GamaLife

Antiga seguradora do Novobanco está às compras cá dentro e lá fora. Adquirir uma seguradora portuguesa daria escala e novos canais de venda de produtos, atualmente limitados aos balcões do banco gerido por António Ramalho. ■ P16

ADVISORY
Telles cria equipa de Ambiente e Alterações Climáticas, a pensar na descarbonização



Ivone Rocha
Advogada, sócia da Telles

A pensar nas mudanças que estão previstas a nível de descarbonização, no seguimento da nova Lei de Bases do Clima, a sociedade de advogados autonomizou a área de prática de Ambiente e Alterações Climáticas. ■ P24

PROGRAMAS ELEITORAIS
Conheça as propostas dos principais partidos para o IRS, Justiça e Saúde ■ P6 a 8

Auditoria da IGF: Estado atribuiu 3,1 mil milhões em subvenções sem controlo

Subvenções aumentaram em mil milhões de euros para 6,7 mil milhões em 2019, conclui auditoria da IGF. Em quase metade do valor total, foi detectada ausência de avaliação de utilização como financiamento e de concretização de objetivos. ■ P10

Samsung com faturação recorde de 390 milhões de euros em Portugal

É a primeira vez que a gigante sul-coreana divulga números desagregados para Portugal. Nuno Parreira – responsável da divisão Mobile – diz ao JE que a quota de mercado deverá estar acima dos 41%. ■ P20



CIBERSEGURANÇA
Falta de recursos colocam PME em risco “trágico” de ataques cibernéticos, alertam especialistas ■ P12

JUROS
BCE reconhece que a inflação se manterá elevada durante mais tempo ■ Última

LEGISLATIVAS
Pandemia e indecisos justificam sucesso dos debates televisivos entre candidatos ■ P4

BANCA
Carlos Monjardino está a negociar venda do Banco Português de Gestão a um grupo espanhol ■ P13

“À Descoberta de Nós”
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
A boleia de um programa de televisão, “Na Rocha com os Tachos”, João Carlos Silva entrou na casa e no coração de muita gente. Nesta entrevista ao JE, não fala de gastronomia mas do futuro de São Tomé e Príncipe. ■ P6 a 9

BARÓMETRO EY
EY Building a better working world ey.com
Página 23